



Os equívocos das canetadas



“O agronegócio não comove as cidades”. Este comentário, feito em uma análise política em um jornal de grande circulação, resume bem a situação do setor no Brasil. Se a população não se comove, a classe política também não. A reação é direta e imediata. Um grande problema em um país democrático, de extrema vocação agroindustrial, onde a maioria da população votante é urbana.

Responsável pelo superávit da balança comercial brasileira, por 37% dos empregos no país, por 1/3 do PIB, e por todas as notícias positivas geradas e não propriamente atribuídas ao seu efeito renda, seja no comércio, na indústria, nos serviços, ou até mesmo no reaquecimento da construção civil, o agronegócio continua sendo o maior e o mais importante setor da economia brasileira, queiram ou não.

Nada disso, entretanto, parece fazer diferença na hora da elaboração e promulgação de leis, edição de portarias, medidas provisórias, acertos políticos e afins. A certeza que fica é que o setor ainda está longe de ter peso político equivalente, ou

minimamente proporcional à sua relevância econômica, o que seria desejável e natural.

Não raro o setor, ainda longe de poder ser considerado organizado, e talvez por esta razão, se vê obrigado a reagir a arbitrariedades ideológicas e apresentar um amontoado de justificativas, não para lograr grandes tentos, mas apenas para defender o lógico contra o irascível.

A manifestação do profundo desconhecimento do encadeamento sistêmico das cadeias produtivas, por parte dos detentores do poder nas distintas esferas, os diferentes pesos e medidas, a hipocrisia, o histerismo e o radicalismo, adquirem níveis de requinte que impressionam. E irritam, para dizer o mínimo.

Grandes estadistas, no auto de suas mediocridades, insistem em elaborar mirabolantes planos de abastecimento, mas se esquecem da produção, como se fosse possível dissociar uma coisa da outra. Comemoram as exportações, mas condenam as técnicas de produção, por mais seguras que sejam, e repelem a ampliação da fronteira agrícola. Querem alimentos de mais qualidade a preços baixos, mas oneram o

setor produtivo e se opõem ao desenvolvimento tecnológico. Defendem as energias renováveis, os biocombustíveis, como o etanol, mas são contra os canaviais. O biodiesel sim, mas de mamona e palma, ampliar a área de soja, não.

Muitos ditam regras e normas para o setor, sem jamais terem se levantado de suas confortáveis cadeiras. Não têm noção do tamanho do estrago que são capazes de fazer, na canetada. Quando se deixam esclarecer, falta-lhes coragem para admitir e reparar o erro. Em defesa de suas ideologias, rechaçam a ciência e menosprezam a tecnologia, que apesar de todos os esforços contrários, têm respostas prontas e disponíveis para a esmagadora maioria das controvérsias da atualidade.

Em nome da preservação ambiental, e da defesa dos interesses dos fracos e oprimidos, as maiores inconsistências. Pobre massa de manobra nas mãos de oportunistas e fantoches tomadores de decisão. A serviço de quem estão, afinal? Seguramente não do Brasil, e nem de seu povo.

Mônica Bergamaschi

VISITE O NOSSO SITE

www.abagrp.org.br

CADASTRE-SE, OPINE, PARTICIPE

Região de Ribeirão Preto: “turismo”

Se fosse possível somar o número de missões estrangeiras e de grupos de brasileiros que visitam as empresas do agronegócio da região de Ribeirão Preto, anualmente, os resultados certamente surpreenderiam. Durante todo o ano o turismo de negócios atrai visitantes interessados em conhecer o agronegócio neste, que é um dos principais pólos agroindustriais do país.

Nos mês de outubro, a ABAG/RP coordenou a visita de duas delegações, de interesses completamente distintos. Apesar de os dois grupos terem percorrido praticamente o mesmo roteiro, viviam direções opostas.

Um dos grupos, formado por representantes dos governos de dois países

produtores de cana-de-açúcar, visitou a região a convite do IICA, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, com o apoio da ABAG/RP. O objetivo: conhecer a tecnologia brasileira na produção de açúcar e álcool carburante. As duas ex-colônias inglesas: Guiana e São Cristóvão e Neves, sabem que a política europeia para o açúcar sofrerá alterações, independentemente do contencioso brasileiro junto à OMC. Os preços seus produtos colocados no mercado europeu, graças ao Tratado “Everything But Arms”, certamente não se sustentarão, portanto a busca de eficiência é o único caminho a seguir. De acordo com os visitantes, será necessário investir em tecnologia para que não sejam obrigados a abandonar o cultivo da cana-de-açúcar.

A Guiana cultiva 50 mil hectares de cana-de-açúcar. Tem 8 usinas que produzem 320 mil toneladas de açúcar. Em São Cristóvão, a única usina existente produz 200 mil toneladas do produto. Segundo Keith Phillip, representante do Ministério da Agricultura, além do açúcar o país quer produzir etanol e utilizar

o bagaço para a alimentação animal e geração de energia elétrica. Alternativas muito atraentes para o futuro, segundo o caribenho.

O grupo visitou, no primeiro dia, 3 usinas: a Jardest, em Jardinópolis; a Cia Açucareira Vale do Rosário, em Morro Agudo; e a Santa Adélia, em Jaboticabal. Cada uma delas, isoladamente, produz mais do que os dois países juntos. A Vale do Rosário, por exemplo, usa um difusor com capacidade de moagem de 10 mil toneladas de cana por dia, com eficiência de extração de 98%. A usina produz 1 milhão de litros de etanol por dia, ou 187 milhões por safra, e 8 milhões de sacas (50Kg) de açúcar.

O grupo perguntou sobre tudo. Des-

nhum sucesso. Na segunda empresa, especializada na fabricação de caldeiras para a produção de energia, o interesse comercial também ficou claro. Segundo Carlos Basco, representante do IICA no Brasil, este tipo de visita deve se intensificar. Diversos países do Caribe já demonstraram interesse na tecnologia brasileira para a produção de açúcar e álcool.

O outro grupo que esteve em Ribeirão Preto, no mês de outubro, era composto por representantes da *American Farm Bureau Federation*. Segundo o adido agrícola do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos no Brasil, William Westman, é uma federação nos moldes da brasileira CNA, Confe-

deração Nacional da Agricultura e Pecuária. Detém grande poder político e é sempre prestigiada em suas reivindicações. A Farm Bill, que ampliou o protecionismo aos produtores americanos, foi encabeçada por ela.

A *Farm Bureau* representa 5,5 milhões de produtores norte-americanos. O objetivo, segundo seu presidente, é

melhorar a situação econômica de seus membros e a qualidade da vida rural. Para tanto a principal ferramenta usada é o *lobby*, uma prática comum, habitual e eficaz para influenciar a população e os políticos. Nos EUA o *lobby* não encontra conotação pejorativa. Só neste departamento, na cidade de Washington, existem 75 pessoas trabalhando.

O presidente da *American Farm Bureau*, o texano Robert Stallman, acompanhado de dois presidentes de entidades estaduais, do diretor de relações congressionais e de um jornalista, fizeram uma viagem para conhecer a realidade do agronegócio em países selecionados da América do Sul. Antes



Representantes do governo de duas ex-colônias inglesas visitam a região em busca de novas tecnologias de produção de açúcar e álcool

de detalhes de todo o processo de produção, à especificidade dos equipamentos, relacionamento com fornecedores, pagamento da matéria-prima pela qualidade, oportunidades e tendências.

No segundo dia o grupo visitou duas indústrias em Sertãozinho, grandes fornecedoras de equipamentos para o setor sucroalcooleiro. Na primeira, desde 1920 trabalhando para o setor, conheceram a última palavra em tecnologia de extração de caldo, fermentação e destilação. A empresa, que exporta para 23 países, já era conhecida de Narvon Persaud, da Guiana. Segundo ele, há mais de dez anos as usinas de seu país vêm tentando fazer uma aproximação comercial com esta empresa, sem ne-

mo” de negócios no agronegócio



Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues acompanha o presidente da American Farm Bureau à Coplana, em Jaboticabal

de vir para cá, participaram de visitas e de reuniões técnicas no Chile, Colômbia e Argentina.

No Brasil foram recebidos na CNA, em Brasília, e depois vieram para a região de Ribeirão Preto, onde puderam conhecer um pouco da competência do agronegócio brasileiro.

O convite para a visita foi feito há mais de quatro anos pelo então presidente da ABAG Nacional, Roberto Rodrigues, e reiterado, em setembro último. O Ministro Rodrigues solicitou à ABAG/RP apoio na organização de um roteiro para mostrar que o uso da tecnologia, aliado à eficiência gerencial e às condições edafo-climáticas brasileiras é que são os alicerces do competitivo agronegócio brasileiro.

A visita começou pela Usina São Martinho, em Pradópolis. O grupo foi a campo ver o plantio e a colheita mecanizada de cana-de-açúcar, depois passou pela indústria, que produz 500 mil toneladas de açúcar e 273 milhões de litros de etanol. Bob Stallman comentou que só agora conseguiu entender porque a produtividade brasileira é tão incrível. O clima, segundo ele, é um grande aliado.

A reunião com o Ministro Roberto Rodrigues aconteceu durante o almoço, em um clima descontraído e franco.

O Ministro concedeu uma entrevista ao jornalista do grupo, que será apresentada ao Conselho da Farm Bureau. O ministro Rodrigues, justificando o convite, disse que o Brasil é competitivo, que precisa e quer conquistar mercados. “Em muitas cadeias produtivas somos mais eficientes e queremos convidá-los para que ao invés de ser nossos com-

petidores, venham investir no Brasil, em infra-estrutura e na indústria de alimentos”. Segundo o Ministro, não há contra-senso nesta posição. O protecionismo americano não vai acabar. Então é melhor tê-los como aliados e investidores para gerar renda e riqueza dentro do Brasil. “A idéia não é assustar, mas somar”, disse o Ministro.

Segundo o presidente da Farm Bureau, Bob Stallman, é perfeitamente compreensível a preocupação brasileira em relação à política agrícola dos Estados Unidos, e que ele gostaria de ver produtores brasileiros e norte-americanos unidos para obter sucesso no mercado internacional.

Na seqüência o grupo seguiu para a Coplana, Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba. Na unidade de grãos da cooperativa está o maior armazém de amendoim do mundo, com capacidade para 1 milhão e 700 mil sacas (25Kg) do produto. Na cooperativa Stallman reafirmou que seria

muito bom se Brasil e Estados Unidos pudessem ser parceiros, no que chamou de competição amistosa.

No segundo dia de visita o grupo esteve em São Carlos. Visitaram a Agropecuária Damha, que se dedica à produção do novilho precoce, carneiros e cavalos Quarto-de-Milha. Para a diretora executiva da ABAG/RP, Mônica Bergamaschi, que acompanhou o grupo em todos os momentos, visitas desta natureza são importantes para mostrar a imensa potencialidade do agronegócio brasileiro, e também os fatores que afetam a sua competitividade. De acordo com ela, os visitantes sempre deixam a região muito bem impressionados.

“Sabemos que a excelência do agronegócio da região não é uma constante neste imenso país. Deixamos isso muito claro a todos os que vêm nos visitar. Assim como deixamos sempre muito claro que convivemos com grandes problemas estruturais e conjunturais. O propósito destas visitas é mostrar que é possível fazer, que o agronegócio brasileiro é rentável e competitivo, e que há espaço para crescer. Se não fazemos é porque encontramos dificuldades para a colocação dos nossos produtos, tanto pelas dificuldades de acesso a mercados nas negociações internacionais, como também pela ausência de recursos para investir, por exemplo, em infra-estrutura logística e de armazenagem, desenvolvimento de produtos, plantas industriais, em pesquisa, marketing, etc”.



Visitantes americanos se surpreendem com a especialização do setor

Barrinha: em busca de uma nova realidade

Barrinha, a “Princesa do Mogi”, foi um porto fluvial no Rio Mogi-Guaçu. As primeiras casas foram erguidas em torno da estação de trem, que ficava dentro da Fazenda São Martinho. Com a quebra da Bolsa de Nova York, e a conseqüente crise do café, a fazenda foi loteada e um pequeno povoado se formou, em 1930. A emancipação política aconteceu em 1953.

Em Barrinha a realidade é muito diferente daquela que se imagina quando o tema é a região de Ribeirão Preto. O município, que fica a 40 quilômetros de Ribeirão Preto, e 15 de Sertãozinho, duas das mais progressistas e desenvolvidas cidades da região, parece que parou no tempo, apesar de a população seguir crescendo.

“Todos os estados do Brasil estão representados em Barrinha. Atualmente a cidade tem cerca de 27 mil habitantes. Não há clube, associação ou qualquer entidade que reúna seus moradores. Apesar disso, as pessoas que se mudam para cá não saem mais”. Estas palavras são do médico barrinhense Said Saleh, eleito prefeito pela segunda vez e que estará à frente de uma cidade onde o maior desafio é buscar melhor qualidade de vida aos seus moradores.

As duas maiores receitas do município vêm do IPM e ICM, que juntas não chegam a ser suficientes para quitar a folha de pagamento dos servidores da prefeitura. “É preciso buscar alternativas. Encontrar indústrias que queiram se instalar na cidade. Afinal, estamos a apenas quinze quilômetros de Sertãozinho, onde o número de indústrias não pára de crescer”, diz o prefeito recém eleito. Das indústrias instaladas na cidade, as que mais se destacam trabalham com montagem industrial e equipamentos para



*Lago municipal:
ponto de encontro dos moradores*

usinas de açúcar, além das cerâmicas que fabricam tijolos e telhas. O comércio é tímido. Os serviços, mais tímidos ainda.

Hoje a cidade pode ser considerada “dormitório”. Mais de 6 mil trabalhadores saem de manhãzinha para trabalhar nas lavouras da região. Outros tantos para indústrias e usinas próximas, e cerca de 2 mil trabalham em Ribeirão Preto como empregados domésticos e pedreiros.

Na área de infra-estrutura três preocupações: o lixo doméstico, pois o aterro da cidade está condenado; o esgoto, que é lançado sem tratamento no córrego que corta a área urbana; e a captação de água, subterrânea, que necessita de mais investimentos.

Na área da saúde não há na cidade atendimento pelo SUS. O único hospital, apesar de equipado, está pa-

rado. As pessoas são atendidas nos municípios vizinhos.

Entre as maiores preocupações dos administradores estão as crianças e os jovens. Será preciso construir mais creches, melhorar o ensino de 1ª a 4ª série, hoje municipalizado. Para os alunos da 5ª série do fundamental à 3ª série do ensino médio, as escolas estaduais têm tentado ser uma alternativa. A E. E. “José Luiz Siqueira”, por exem-

plô, desenvolve diversos projetos para manter os alunos na escola nos períodos opostos às aulas. Alguns têm feito muito sucesso, como o de teatro, o de xadrez, o de informática, a banda marcial e o de agronegócio. Diretores, coordenadores, professores e ex-alunos se empenham para estimular os estudantes.

No projeto de teatro as peças, escritas pelo próprio grupo, são representadas dentro e fora da Escola. No xadrez o sucesso se deve à colaboração voluntária de um ex-aluno Evandro Brandão. Desde 1998, e sem nenhum patrocínio externo, ele treina e leva seus alunos para participar de campeonatos escolares e abertos. O resultado de tanta dedicação já projeta a cidade entre as melhores do interior nesta modalidade de esporte.

O Programa Educacional “Agronegócio na Escola”, da ABAG/RP, é desenvolvido há quatro anos na Escola Siqueira. Por meio dele os alunos conhecem o outro lado da realidade do mercado de trabalho da região. Descobrem horizontes que vão além do trabalho braçal nas lavouras. Descobrem as agroindústrias, as imensas oportunidades oferecidas, e se conscientizam de que um futuro melhor depende do esforço individual, onde a escolaridade e a boa formação são cada vez mais necessárias e exigidas.

